

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 07/2025

Inexigibilidade nº 01/2025

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa, com solução informatizada, destinada ao levantamento e recuperação de créditos tributários dos Municípios consorciados.

Considerando:

I – que o presente processo administrativo encontra-se integralmente instruído, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo justificativa da necessidade, Estudo Técnico Preliminar (ETP), Documento de Formalização da Demanda (DFD), pesquisa de preços, análise de vantajosidade/economicidade, justificativa da inexigibilidade, bem como os pareceres técnico, jurídico e de habilitação;

II – que restou demonstrada a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual relacionados à auditoria e consultoria tributária e previdenciária, com comprovada notória especialização;

III – que a pesquisa de preços comprova que a proposta apresentada pela empresa Meta Tributária é compatível, proporcional e vantajosa, atendendo aos princípios da economicidade e da obtenção do melhor resultado para a Administração;

IV – que a empresa interessada cumpriu os requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021 e nos itens do Termo de Referência, após regular apresentação e saneamento documental;

V – que não há impedimentos jurídicos ou técnicos à celebração da Ata de Registro de Preços, conforme manifestação conclusiva constante dos autos;

AUTORIZO, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais dispositivos aplicáveis, a **contratação direta da empresa META TRIBUTÁRIA**, pelo regime de remuneração **ad exitum**, para execução do objeto acima descrito, conforme condições, limites e especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e dos pareceres que instruem o processo.

Determino que sejam tomadas todas as medidas destinadas à formalização e publicação do extrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Divinópolis/MG, 28 de novembro de 2025.



Julliano Lacerda Lino
Presidente do Consórcio CIMMVI